

## ATA NÚMERO 95

### Reunião do Grupo de Trabalho Sobre Pesca de Bentónicos e Demersais

18 de setembro de 2025 – *Las Palmas de Gran Canaria* - Híbrido

**09h00** (hora local) | INT: PT, FR, ESP e ING.

#### **Introdução. Natureza da reunião**

Às 09 horas do dia 18 de setembro de 2025 reuniu-se o Grupo de Trabalho sobre pesca de Bentónicos e Demersais, com interpretação simultânea em português, francês, espanhol e inglês.

#### **Boas-vindas do presidente do Comité Executivo e adoção de agenda.**

O Sr. Jorge Gonçalves (Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores e presidente do grupo de trabalho) deu início à reunião dando as boas-vindas a todos presentes e aos que assistiam remotamente. Após apresentação da agenda, a mesma foi aprovada por unanimidade.

#### **1. Informações administrativas**

A Secretária-Geral informou que havia interpretação disponível em português, espanhol, francês e inglês. Informou também que a ata da última reunião do dia 19 de março de 2025 tinha sido aprovada a 13 de agosto de 2025 e que a reunião estava a ser gravada para efeitos de redação de ata. Como observadores na reunião estavam a Sra. Maria Fernanda Marrero do *Cabildo de Gran Canaria*, o Sr. Benoit Guerin da *BG Sea Consulting*, o Sr. Élie Touzé e a Sra. Mirella Laurence da *Collectivité territoriale de Saint Martin*, a Sra. Lisandra Sousa da *Coopescamadeira*, a Sra. Monserat Ortiz do *Grupo de Acción Costera de Gran Canaria*, O Sr. Rui Catarino do *International Council for the Exploration of the Sea* (ICES) e a Sra. Amanda Pérez da *Directorate-General for Maritime Affairs and Fisheries* (DGMARE) e finalizou agradecendo a todos os interessados.

#### **2. Restauro ecológico dos corais de águas frias dos Açores: Marina Carreiro e Silva - Okeanos - Universidade dos Açores;**

A Sra. Marina Carreiro e Silva agradeceu o convite que lhe fora dirigido e a oportunidade de apresentar o trabalho que vinha a ser desenvolvido nos Açores no âmbito do

restauo ecológico de corais de águas frias. Começou por fazer um enquadramento e afirmou que a União Europeia vinha a desenvolver um esforço para compreender a dimensão da perda de biodiversidade e da degradação dos ecossistemas na União Europeia e foi constatado que o estado de conservação de muitas espécies marinhas protegidas permanecia longe do ideal em várias regiões europeias e que persistiam lacunas significativas de conhecimento, nomeadamente na Macaronésia, região que incluía os Açores, a Madeira e as Canárias e que o estado dos *habitats* marinhos se encontrava debilitado e amplamente desconhecido. Referiu que, perante aquele cenário, a União Europeia passou a integrar sistemas de restauo dos ecossistemas nas suas políticas e compromissos globais e que tinha reconhecido recentemente o restauo ecológico como elemento essencial daquelas políticas, com vista a enfrentar os desafios ambientais e a promover o desenvolvimento sustentável. Como parte daquele esforço, o Conselho da União Europeia tinha adotado a Lei do Restauo da Natureza, que entrou em vigor em agosto do ano anterior. Aquela lei definiu como objetivo inverter a perda de biodiversidade e a degradação dos ecossistemas, exigindo que os Estados-Membros implementassem medidas de restauo em, pelo menos, 20% das suas áreas terrestres e marítimas até 2030, tendo em vista o restauo de todos os ecossistemas. Foram apresentados os diferentes ecossistemas abrangidos, incluindo os ecossistemas marinhos relevantes para os Açores, como os [leitos de maerl](#), as fontes hidrotermais e os leitos de esponjas e corais, áreas que atualmente constituíam o foco dos estudos de restauo. Explicou que o restauo ecológico podia assumir duas abordagens: o restauo passivo, que consistia em permitir a recuperação natural dos ecossistemas mediante a remoção de fatores de pressão (por exemplo, espécies invasoras ou remoção de atividades extrativas como a pesca), sendo as áreas marinhas protegidas um exemplo típico e o restauo ativo, que implicava intervenção direta, como a propagação e replantação de corais ou a recuperação de ervas marinhas em zonas costeiras. Informou que tinha sido aprovado no ano anterior o [projeto REDRESS](#), criado com o objetivo de desenvolver metodologias adequadas para apoiar a recuperação dos ecossistemas de mar profundo. O projeto, coordenado por uma equipa italiana e envolvendo 26 instituições parceiras, entre as quais o Okeanos/Universidade dos Açores. Apesar da profundidade do mar (abaixo dos 200 metros) e distância da influência humana direta, aqueles ecossistemas estavam a ser afetados por diversos impactes de origem humana e pelas alterações climáticas. O projeto abrangiu vários tipos de ecossistemas de mar profundo, incluindo recifes e jardins de corais, fundos sedimentares com fauna associada e fontes frias, zonas onde ocorria emissão de metano e que albergavam comunidades biológicas específicas. Apresentou um exemplo visual de um jardim de coral dos fundos açorianos, com imagens recolhidas a cerca de 300 metros de profundidade. Por fim, referiu que o projeto incluía vários casos de estudo distribuídos por diferentes regiões da Europa, desde a Islândia até aos Açores e ao

Mediterrâneo, testando diferentes metodologias de restauro. Muitas destas metodologias de restauro baseavam-se em práticas previamente aplicadas em ecossistemas costeiros ou menos profundos, agora adaptadas para a realidade dos ecossistemas de maior profundidade. Explicou que, para a recuperação de recifes de coral, tinham sido desenvolvidos eco recifes, estruturas de cimento colocadas no fundo do mar destinadas a fornecer substrato para o crescimento dos corais e abrigos para a fauna associada e relativamente aos corais típicos da região dos Açores, designados por Gorgónias (*Gorgonia mariae*), com forma semelhante a arbustos, tinham sido desenvolvidas metodologias específicas que incluíam a sua fixação em pedras e posterior lançamento a partir de uma gaiola. Indicou que uma das primeiras etapas do projeto consistia na identificação e mapeamento de zonas degradadas no mar profundo dos Açores, localizar aquelas áreas e identificar as espécies vulneráveis. Assinalou que existia indícios de captura accidental de corais e esponjas durante a atividade da pesca, bem como a ocorrência de colónias partidas ou impactadas, embora a dimensão real desses impactes ainda não estivesse totalmente determinada, a pesca de palangre seria, em princípio, menos impactante do que a pesca de arrasto, encontrando-se em curso uma avaliação mais rigorosa desses efeitos. Informou que o local de estudo e teste das metodologias era no Monte Submarino Condor, situado a cerca de duas horas do Porto da Horta, no Faial, sendo, por isso, conveniente para o trabalho de campo e aquele sítio tinha sido escolhido porque se encontrava encerrado à pesca desde 2010 e integrava o Parque Marinho dos Açores desde 2016, bem como a rede de áreas marinhas protegidas dos Açores. Explicou que as ações de restauro tinham tido início num projeto anterior, denominado *Merces*, no qual existia colaboração com pescadores na recuperação de corais capturados acidentalmente e que aqueles corais eram levados para laboratório, fragmentados em unidades menores, dada a sua capacidade modular de regeneração e posteriormente recolocados no fundo do mar. Estudos anteriores demonstravam que algumas espécies sobreviviam melhor do que outras, estando em curso o aperfeiçoamento da taxa de sobrevivência através de alternativas para a sua recuperação após entrada em aquário. Apresentou exemplos da técnica designada por *badminton*, na qual corais ou esponjas eram fixados a uma pedra que funcionava como base mais pesada, permitindo que, devido à estrutura arborescente do organismo, estes caíssem na coluna de água em posição correta. Referiu que o procedimento era realizado através de uma gaiola que era descida a cerca de 20 metros do fundo, libertando as colónias em locais previamente definidos para posterior monitorização. Mencionou ensaios realizados no ano anterior, nos quais, graças à utilização de uma câmara de deriva, desenvolvida pelo grupo de investigação, foi possível relocalizar as pedras colocadas e avaliar a sobrevivência e crescimento das espécies transplantadas. Relatou ainda que tinham sido colocadas cerca de 200 pedras com organismos fragmentados resultantes da colaboração com pescadores, que permitiam a recuperação de

corais capturados acidentalmente e mostrou um vídeo onde dava para ver a operação de descida e libertação das gaiolas no fundo marinho. Sublinhou que um dos objetivos centrais do trabalho de restauro ecológico, além do desenvolvimento das metodologias em si, era demonstrar a viabilidade e a importância do envolvimento das comunidades piscatórias na recuperação de *habitats* de profundidade e que já existia colaboração de longa data com pescadores da Horta e que estes podiam contribuir para o desenvolvimento de alternativas de baixo custo para ações de restauro, habitualmente muito dispendiosas devido à profundidade e à necessidade de tecnologia sofisticada. Informou ainda que se realizou em julho daquele ano, uma pequena formação com pescadores locais, que se pretendia replicar com um número mais alargado de participantes. Naquela formação, tinham sido apresentados os protocolos utilizados para a manutenção de corais capturados acidentalmente, com o objetivo de, no futuro, dispensar a presença de um observador a bordo, permitindo que os próprios pescadores procedessem ao acondicionamento dos corais e à sua entrega no porto. Salientou que aquela colaboração entre a administração pública e a comunidade piscatória apresentava vantagens mútuas: para a administração, representava uma redução de custos nas ações de restauro; para os pescadores, constituía uma potencial fonte alternativa de rendimento, especialmente relevante para aqueles que tinham perdido áreas de pesca devido à criação de zonas marinhas protegidas e informou que estava em desenvolvimento, com o Governo Regional, um modelo de colaboração que pudesse incluir um contributo monetário para os participantes.

### **Resumo:**

A Sra. Marina Carreiro e Silva apresentou o trabalho desenvolvido nos Açores no âmbito do restauro ecológico de ecossistemas marinhos profundos, enquadrando-o no esforço da União Europeia para travar a perda de biodiversidade marinha, particularmente na região da Macaronésia. Referiu que, perante a degradação e o conhecimento limitado sobre *habitats* como corais, esponjas e outros ecossistemas de profundidade, a União Europeia passou a integrar o restauro ecológico nas suas políticas, destacando a Lei do Restauro da Natureza e os objetivos de recuperação de ecossistemas marinhos relevantes para a sustentabilidade das pescas. Apresentou o projeto *REDRESS*, que testava metodologias de restauro ativo e passivo no mar profundo, nomeadamente no Monte Submarino Condor, área protegida e encerrada à pesca. Destacou a colaboração com pescadores na recuperação de corais capturados acidentalmente, sublinhando que o envolvimento da comunidade piscatória era essencial para reduzir impactos da atividade, apoiar a recuperação dos *habitats* e promover uma gestão mais sustentável dos recursos haliêuticos.

### **Perguntas e respostas:**

O Sr. Jorge Gonçalves agradeceu a apresentação e questionou se havia alguém que quisesse colocar alguma pergunta.

O Sr. Ruben Farias (Federação das Pescas dos Açores) agradeceu a apresentação e questionou se, no âmbito do controlo efetuado, existia alguma evidência de atividade de pesca de arrasto para além das 100 milhas nos Açores.

A Sra. Marina Carreiro e Silva afirmou pensar que a pesca de arrasto estava proibida na Zona Económica Exclusiva (ZEE) dos Açores desde 1995, portanto não havia essa evidência e que a maior parte da pesca era praticada em palangre de fundo.

O Sr. Nicolas Blanc (*SCIAENA*) agradeceu pela apresentação e colocou uma questão relacionada com o trabalho desenvolvido com as comunidades piscatórias, questionando se, para além da recolha de organismos para transplante e das demais atividades praticadas, se também tinha sido desenvolvido algum trabalho de sensibilização ou tentativa de cooperação, de forma a fornecer informação ou orientações sobre áreas a evitar, com o objetivo de minimizar os impactos sobre os *habitats*.

A Sra. Marina Carreiro e Silva referiu que a Okeanos e os pescadores mantinham uma longa tradição de colaboração e que houve várias ações de sensibilização, sobretudo a nível escolar, mas já existia uma quantidade significativa de informação fornecida aos pescadores sobre a importância dos *habitats* do mar profundo e os potenciais impactos humanos nestes ecossistemas. No entanto, considerou necessário investir mais esforços na divulgação e explicação do conceito de restauro ecológico, dado que ainda era desconhecido para muitas pessoas, não apenas na comunidade piscatória, mas também de forma geral. Quanto às áreas específicas a evitar, explicou que se tratava de um processo em desenvolvimento no âmbito do projeto, que envolvia a definição objetiva do que constituía um *habitat* degradado pois embora se observassem corais partidos no fundo do mar, eram necessários indicadores mais precisos para determinar onde eram necessárias intervenções de restauro ecológico e identificar as espécies mais vulneráveis.

O Sr. Pedro Melo (*Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores*) colocou uma questão sobre a diversidade de corais, salientando que, naturalmente, os diferentes tipos e as variadas profundidades poderiam exigir soluções distintas. Questionou se aquele tema fazia parte da investigação desenvolvida e se existia algum tipo de financiamento a nível da União Europeia que pudesse apoiar a recuperação de corais degradados, inclusive em casos em que se encontrassem em fase avançada de degradação ou risco de extinção.

A Sra. Marina Carreiro e Silva afirmou que se tinham focado mais nas comunidades de corais e as espécies que existiam em profundidades acima dos mil metros, porque eram as

áreas que eram mais alvo da pesca, e através da recolha de imagens do mar profundo tinham verificado que as comunidades de corais abaixo dos mil metros em geral estavam em melhores condições e não apresentavam grandes sinais de degradação, porque estavam protegidas pela própria profundidade. Por outro lado, havia a intervenção do *REDRESS*, um projeto europeu, que era um exemplo do investimento europeu naquela temática de restauro da natureza.

A Sra. María Fernanda Marrero (*Cabildo de Gran Canaria*) colocou uma questão, no sentido de saber de que forma os pescadores que trabalhavam ou colaboravam com o projeto poderiam ser beneficiados, para além da possível restauração do *habitat*, quais seriam as possibilidades dos pescadores obterem algum tipo de rendimento e quis saber quais as propostas que estavam a ser consideradas.

A Sra. Marina Carreiro e Silva afirmou que tinha sido explicado que se pretendia envolver os pescadores nas atividades de restauro com uma recompensa monetária, embora nada estivesse ainda definido. Tratava-se apenas de uma demonstração de que era possível realizar o transplante de corais com a colaboração dos pescadores, criando uma oportunidade benéfica para ambas as partes, que deveria ser compensada financeiramente.

O Sr. Jorge Gonçalves afirmou que não havendo mais inscrições na sala, gostaria de colocar três perguntas e alguns esclarecimentos. Referiu que os corais de águas frias eram importantes para a manutenção da biodiversidade, servindo como zonas de alimentação e reprodução para diversas espécies. Destacou que ecossistemas saudáveis respondiam melhor às mudanças climáticas e que a pesca de arrasto nos Açores tinha sido proibida desde 1995, pelo que os ecossistemas conhecidos na região se encontravam em excelente estado de conservação. Salientou que a pesca de arrasto constitui uma das artes de pesca que mais danificava os fundos marinhos, enquanto a pesca com linhas e anzóis era considerada responsável e respeitadora dos ecossistemas. Referiu que, por vezes, ocorriam capturas acidentais de algumas espécies e de corais, tendo-se observado que alguns daqueles corais se encontravam mortos e questionou sobre as causas dessa mortalidade. Colocou também questões relacionadas com as algas invasoras, consideradas um grave problema para os ecossistemas, e sobre a mineração em águas profundas. Informou que existia uma moratória que proibia a mineração no Mar dos Açores até 2050, mas manifestou preocupação quanto às mudanças tecnológicas futuras que poderiam permitir a exploração mineira, destacando que, atualmente, tal atividade representaria um sério risco para os ecossistemas, incluindo os corais de águas frias e os recursos pesqueiros. Por fim, questionou sobre os impactes das alterações climáticas nos ecossistemas, sugerindo que mudanças climáticas poderiam estar relacionadas com a mortalidade observada em alguns corais capturados acidentalmente.

A Sra. Marina Carreiro e Silva afirmou que, no que dizia respeito à vulnerabilidade dos corais e esponjas, os corais de maiores dimensões e com estrutura mais arborescente eram mais suscetíveis de ser enrolados ou capturados acidentalmente pelas linhas de pesca. Salientou que a remoção daqueles corais ao longo do tempo poderia causar impactos menos perceptíveis, mas significativos, uma vez que as colónias maiores produziam mais larvas, contribuindo para a manutenção da população e do equilíbrio do ecossistema. Explicou ainda que os impactos da pesca incluíam, por um lado, a captura acidental e, por outro, a abrasão do tecido causada pelas linhas, resultando em corais partidos ou colonizados. A morte daqueles corais podia dever-se a danos ou a processos naturais, mas, até ao momento, não se verificava que a mortalidade observada estivesse relacionada com alterações climáticas, apesar de se reconhecer que estas já estavam a ter efeitos também no mar profundo. No que dizia respeito à mineração, salientou que constituía um impacto potencial muito mais grave do que a pesca, podendo comprometer a sustentabilidade das comunidades de corais e dos peixes associados. Explicou que na Okeanos tinham desenvolvido trabalhos para avaliar os impactos potenciais da mineração e que alguns dos membros participavam em grupos de trabalho da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA), fornecendo evidências científicas sobre os impactos. Referiu ainda que a moratória vigente em Portugal se devia, em grande parte, aos esforços desse grupo de investigação, no sentido de impedir a exploração mineira sem uma avaliação detalhada dos potenciais problemas e das medidas necessárias para os mitigar.

A Sra. Caroline Albert (DGMARE) elogiou o projeto, destacando o elevado esforço envolvido e a cooperação dos pescadores. Colocou uma questão sobre se tinha sido realizada a quantificação regular dos corais recebidos pelos pescadores, considerando que essa informação seria extremamente importante. Questionou ainda se, através de alguma metodologia científica estabelecida, era possível avaliar os efeitos nefastos sobre os corais remanescentes após o replantio, nomeadamente se aqueles corais demorariam mais de 20 anos a regenerar-se. Perguntou se aquela análise fazia parte do projeto ou se existiam dados suficientes para serem transmitidos a instituições como o Conselho Internacional para a Exploração do Mar (ICES), que trabalha sobre impactos em ecossistemas marinhos vulneráveis. Salientou que aquele tipo de projeto permitia obter dados de base que poderiam contribuir para uma melhor compreensão do impacto dos engenhos estáticos sobre os corais de grandes profundidades. Foi ainda referido que, embora o foco estivesse no replantio dos corais, a análise dos impactos realizados seria de grande interesse.

A Sra. Marina Carreiro e Silva afirmou que como já tinha referido anteriormente, já tinham sido realizados estudos em 2012 e 2015 que caracterizaram os tipos de corais

capturados, indicando que os corais de maiores dimensões e mais arborescentes eram os mais suscetíveis à captura acidental durante a pesca. Um desses estudos tentou quantificar o impacto da pesca, mostrando que a captura acidental de corais tinha um impacto significativamente menor do que o arrasto, que destruía completamente os fundos marinhos, tornando a pesca com linhas muito mais sustentável. Salientou que não tinham sido realizados estudos recentes, apesar da contínua colaboração com os pescadores, que muitas vezes forneciam corais capturados acidentalmente, o que permitiu ao grupo de investigação adquirir um conhecimento abrangente sobre os corais dos Açores. A colaboração inicial foi fundamental para o progresso científico, dado que, no passado, havia pouco acesso a Veículos Aquáticos Operados Remotamente (*ROVs*). Foi referido que não tinha sido feita nenhuma quantificação recente, mas que o projeto *Marine Beacon* (projeto europeu de investigação financiado pela União Europeia) em curso incluiria, provavelmente, uma componente nessa área. Quanto à questão sobre a evidência de recuperação com este tipo de metodologia, explicou que os dados estavam agora a ser recolhidos e que se esperava, no final do projeto, obter informações mais concretas, uma vez que o restauro de comunidades de profundidade era recente e de difícil implementação, devido às limitações de acesso ao mar profundo e à escassez de navios de investigação para ações de restauro com *ROVs*. Destacou que aquele contexto criava uma oportunidade para desenvolver metodologias sustentáveis, de baixo custo e de fácil aplicação, envolvendo a comunidade piscatória, o que também representava um benefício para os pescadores que tinham perdido áreas de pesca devido à rede de áreas marinhas protegidas dos Açores e promovia a sensibilização para aquela temática. Informou ainda que o objetivo do restauro era restaurar colónias com potencial reprodutivo, sobretudo as de maiores dimensões, que eram as mais impactadas, de forma a recuperar a capacidade de autossustentação, uma vez que as áreas não estavam completamente devastadas pela pesca nos Açores.

O Sr. Rui Catarino (*ICES*) colocou duas questões. A primeira, com particular relevância nos Açores, onde grande parte dos pescadores demonstrava elevado interesse e envolvimento em matérias de sustentabilidade, restauração e conservação do meio marinho, que dizia respeito à possibilidade futura de lhes serem ensinadas técnicas de colagem dos corais às pedras, permitindo a sua aplicação imediata no mar. Tal procedimento poderia evitar longos períodos com o coral exposto a seco e, potencialmente, aumentar as probabilidades de recuperação e sobrevivência. A segunda questão referia-se aos benefícios financeiros atribuídos aos pescadores uma vez que aquela compensação podia constituir uma situação ambígua, pois a criação de áreas marinhas protegidas retirava zonas tradicionalmente utilizadas para a pesca, obrigando os pescadores a procurar novas áreas. Questionou se um eventual benefício fiscal poderia, nalguns casos, conduzir a comportamentos orientados para

maximizar rendimento em zonas menos férteis do que no passado.

A Sra. Marina Carreiro e Silva afirmou que colar os corais às pedras era uma iniciativa interessante, mas exigiria saídas ao mar especificamente dedicadas a essa ação, pois não era possível acrescentar mais uma tarefa durante a atividade piscatória. Referiu que o Sr. Jorge Gonçalves teria mais conhecimento do assunto devido à sua experiência no mar, mas adiantou que, no Mediterrâneo, existia o projeto *Ecorest*, que trabalhava com essa metodologia e cuja ideia passava por fixar rapidamente os corais nas pedras ainda a bordo. Em relação à compensação monetária afirmou que a proposta apresentada não constituía qualquer compromisso económico, tratava-se apenas de uma ideia que se procurava viabilizar no âmbito do projeto, não devendo ser interpretada como uma promessa, a equipa envolvida era composta por cientistas, sem poder de decisão, cabendo essa responsabilidade ao Governo Regional. Considerou que, sendo os Estados-Membros obrigados a elaborar planos e a restaurar *habitats* degradados, existia a oportunidade de promover o envolvimento da comunidade piscatória. Contudo, reiterou que não existia qualquer vínculo estabelecido nem tal questão tinha sido ainda discutida.

O Sr. Jorge Gonçalves afirmou que nos Açores se verificava uma crescente preocupação por parte do setor da pesca em se afastar de determinadas zonas onde se sabia que poderiam ter corais, até porque a sua presença causava danos significativos nas redes de pesca. Relativamente à questão levantada pelo Sr. Rui Catarino, tratava-se de um assunto pertinente e acrescentou que existia há alguns anos nos Açores um projeto de marcação de pescado, conduzido pelo Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores. Embora não fosse diretamente comparável ao tema em discussão, aquele projeto permitia a marcação de várias espécies, sendo que, quando eram recapturadas pelas embarcações, o departamento, em colaboração com o setor e com o Governo, atribuía uma pequena recompensa simbólica, uma *t-shirt* com uma estampa alusiva à marcação, ao pescador envolvido. Ainda que simbólica, a iniciativa tinha impacto e era valorizada pelos participantes. Considerou também que, no futuro, a recompensa poderia não ser monetária, podendo eventualmente assumir a forma de acesso a determinadas quotas de pesca e que aquele poderia ser um caminho a explorar, reconhecendo que o processo ainda estava numa fase inicial e que a evolução teria de ser gradual.

### **3. Estado de conservação dos recifes de coral e dos ecossistemas associados,**

## **as principais ameaças e o valor socioeconómico dos recifes em bom estado nas RUP**

**francesas:** Marianna Monneau e Antoine Pebayle - *Initiative Française pour les Récifs Coralliens (IFRECOR)*

A Sra. Marianna Monneau deu início à apresentação e mencionou que a iniciativa em causa constituía a vertente francesa da Iniciativa Internacional para os Recifes de Coral, criada há cerca de 25 anos, cuja missão principal era promover uma gestão rigorosa dos recifes de coral, dos mangais e das pradarias marinhas. A ação desenvolvia-se sobretudo através de uma rede que reunia todas as partes interessadas na preservação daqueles ecossistemas, permitindo uma atuação coletiva. Afirmou que o funcionamento assentava em programas de ação plurianuais, concebidos para dar resposta simultânea ao estado de saúde dos ecossistemas, cujo diagnóstico era publicado com a mesma periodicidade e às necessidades expressas pelos territórios. Existia igualmente uma estruturação a nível local, com 11 comités territoriais responsáveis pela adaptação e implementação das ações através de planos próprios e que o financiamento anual, variava entre 1 e 1,5 milhões de euros, sendo grande parte daqueles recursos delegada nos territórios para o desenvolvimento de ações de conhecimento, conservação e sensibilização. Explicou ainda que havia um comité nacional, que integrava todas as partes envolvidas, reunia uma vez por ano para aprovar o plano de ação, o balanço do estado dos ecossistemas e eventuais recomendações. Em relação à distribuição dos recifes de coral, mangais e pradarias marinhas nos territórios ultramarinos franceses, explicou que se encontravam repartidos por três oceanos. A França era atualmente o quarto país do mundo com maior extensão de recifes de coral, totalizando cerca de 58 mil quilómetros, para além de áreas significativas de mangais (878 km<sup>2</sup>) e de pradarias marinhas (1 255 km<sup>2</sup>). Sublinhou a existência de fortes disparidades geográficas, com a maior parte dos recifes localizada no Pacífico, especialmente na Nova Caledónia e na Polinésia Francesa, enquanto os mangais se concentravam sobretudo na *Guyane* Francesa e na Nova Caledónia, e as pradarias marinhas predominavam na Nova Caledónia. A França detinha uma responsabilidade considerável na proteção daqueles ecossistemas, enquadrada por políticas nacionais, nomeadamente a Estratégia Nacional para a Biodiversidade, que estabelecia objetivos de conservação até 2030. No que dizia respeito à caracterização dos ecossistemas tropicais marinhos, explicou que os recifes de coral, os mangais e as pradarias marinhas constituíam sistemas profundamente interligados, eram organismos coloniais com esqueleto calcário, cuja diversidade ultrapassava as 850 espécies. As pradarias marinhas foram apresentadas como verdadeiras florestas submersas, enquanto os mangais correspondiam a formações vegetais desenvolvidas na interface costeira, em meios salgados, pobres em oxigénio e sujeitos a marés. Sublinhou a forte interdependência entre aqueles ambientes, que serviam de *habitat* e zona de alimentação, reprodução e desenvolvimento para numerosas espécies, incluindo espécies de

elevado interesse comercial. Referiu ainda que os mangais reduziam a entrada de sedimentos e poluentes nos recifes, limitavam a turbidez da água, produziavam nutrientes e atuavam como barreira natural contra eventos extremos. As pradarias marinhas fixavam sedimentos, podiam diminuir a presença de bactérias para os corais e desempenhavam também um papel relevante na captura de carbono. Quanto aos recifes de coral, estes amorteciam a energia das ondas e protegiam os restantes ecossistemas, servindo ainda de substrato e *habitat* para diversas espécies dependentes da qualidade dos sistemas tropicais. Destacou igualmente a importância dos serviços ecossistémicos associados, avaliados em cerca de 1,3 mil milhões de euros nos territórios ultramarinos franceses, com base num estudo solicitado pela IFRECOR em 2016 e atualmente em atualização, cujos novos resultados se esperavam para 2026–2027. Entre esses serviços incluíam-se a proteção costeira, o turismo, a pesca, a aquacultura, o valor cultural para as populações locais e o potencial de desenvolvimento de substâncias de interesse médico. Por fim, apresentou valores discriminados por território para ilustrar a variabilidade da contribuição económica e ecológica daqueles ecossistemas.

O Sr. Antoine Pebayle deu início à sua apresentação e explicou que havia várias pressões que afetavam os recifes de coral. Por um lado, existiam pressões locais, resultantes de atividades humanas desenvolvidas diretamente no meio marinho ou na faixa costeira próxima dos recifes e entre aquelas atividades incluíam-se práticas agrícolas e aquícolas, a urbanização e o desenvolvimento costeiro, a atividade industrial e a descarga de águas residuais. Em alguns territórios verificavam-se ainda atividades mineiras ou extrativas, por vezes envolvendo a remoção de materiais diretamente no recife. A estas juntavam-se atividades marítimas, como o turismo, a navegação de recreio, as operações portuárias e o transporte marítimo. Mencionou que aquelas pressões podiam provocar destruição física dos recifes, deteriorar a qualidade da água através do aumento da sedimentação e da turbidez, alterar a composição química com o enriquecimento em nutrientes ou a adição de poluentes, e também favorecer o desenvolvimento de espécies invasoras. O segundo tipo de pressão, de maior impacto a longo prazo, dizia respeito às alterações climáticas, o aumento da temperatura da água, maior frequência e intensidade de eventos ambientais extremos, maior concentração de dióxido de carbono na água conduzindo à acidificação e a subida do nível do mar foram identificados como fatores que aumentavam o stress dos corais e contribuíam para a degradação dos recifes. Explicou o fenómeno do branqueamento dos corais, considerado central para compreender a evolução do estado de conservação, uma vez que resultava da acumulação de pressões: perante condições de stress, os corais expulsavam as microalgas das suas células, perdendo cor. Caso o período de *stress* fosse curto, existia a possibilidade de recuperação, porém, episódios prolongados levavam à morte dos corais. Desde o final da década de 1990 tinham sido registados quatro episódios de branqueamento

de escala global — em 1998, 2010, entre 2014 e 2017, e entre 2023 e 2025 — cada vez mais frequentes e intensos, revelando claramente a influência das alterações climáticas. Sublinhou que as pressões se acumulavam de forma mais rápida do que a capacidade de resiliência dos recifes, impedindo o retorno ao estado inicial e que se perderia de cerca de 90% dos recifes tropicais até 2050 num cenário de aquecimento de 1,5 °C, e para a quase total desapareção em cenários superiores a 2 °C. Destacou, por isso, a importância de reduzir ao máximo as pressões locais, de monitorizar regularmente os ecossistemas e de ajustar as medidas de gestão. Relativamente ao estado de conservação dos recifes nas regiões ultraperiféricas francesas, foram apresentados os resultados de 2020 sendo que os territórios do Pacífico apresentavam, de um modo geral, recifes estáveis e em bom estado, com cerca de 36% classificados em condição ótima. Aquelas zonas tinham uma população menos densa e recifes mais extensos e isolados, o que reduzia a intensidade das pressões, em contraste, nos territórios das Antilhas e do Índico observavam-se pressões muito mais elevadas, com cerca de 62% dos recifes em declínio. Recordou que, desde 2020, ocorreram fenómenos particularmente marcantes, incluindo o episódio mundial de branqueamento de 2023–2025 e dois ciclones severos: o ciclone *Chido*, em Mayotte, em dezembro de 2024, e o ciclone *Garance*, na Ilha da Reunião, em fevereiro de 2025. Aqueles eventos provocaram destruição física significativa, deslizamentos de terreno, aumento do escoamento e degradação da qualidade da água, conduzindo, em alguns casos, à perda de extensas zonas recifais. A próxima avaliação, prevista para 2026, permitiria quantificar devidamente aquelas perdas. Antes de concluir, fez referência ao trabalho desenvolvido pela IFRECOR, salientando que publicavam regularmente documentos sobre a valorização económica dos serviços dos ecossistemas, sobre o estado de conservação dos recifes e sobre outros temas relevantes para a gestão, incluindo listas de espécies ameaçadas e orientações para a aplicação da sequência evitar–reduzir–compensar, entre outras ferramentas de apoio às políticas públicas.

### **Resumo:**

A Sra. Marianna Monneau apresentou a vertente francesa da Iniciativa Internacional para os Recifes de Coral, explicando que esta promovia uma gestão integrada dos recifes de coral, mangais e pradarias marinhas, através de programas de ação plurianuais e de uma rede que envolvia entidades nacionais e territoriais. Referiu que a França detinha uma responsabilidade significativa na proteção destes ecossistemas, amplamente distribuídos pelos territórios ultramarinos, e destacou a sua importância para as pescas, enquanto áreas essenciais de alimentação, reprodução e crescimento de numerosas espécies de interesse comercial. Salientou ainda o elevado valor dos serviços ecossistémicos associados, incluindo a pesca, a proteção costeira e o apoio às comunidades locais, enquadrados por políticas

nacionais e compromissos internacionais de conservação.

O Sr. Antoine Pebayle abordou as principais pressões que afetavam os recifes de coral, distinguindo entre impactos locais, resultantes de atividades humanas costeiras e marítimas, e pressões globais associadas às alterações climáticas, como o aumento da temperatura da água, a acidificação e os eventos extremos. Explicou o fenómeno do branqueamento dos corais e referiu o agravamento progressivo da sua frequência e intensidade, com consequências graves para a sustentabilidade dos ecossistemas e dos recursos haliêuticos. Apresentou dados recentes que indicavam diferenças regionais no estado de conservação, com recifes mais estáveis no Pacífico e um declínio acentuado nas Antilhas e no Índico, sublinhando a necessidade de reforçar a monitorização, reduzir as pressões locais e adaptar as medidas de gestão para salvaguardar as pescas e os ecossistemas associados.

#### **Perguntas e respostas:**

O Sr. Jorge Gonçalves recordou que tinha sido indicado que 62% dos recifes das Regiões Ultraperiféricas se encontravam em declínio e perguntou se existia evidência de que esse declínio resultava da atividade do setor das pescas ou se era, sobretudo, consequência das alterações climáticas. Questionou ainda se poderia existir algum tipo de atividade de pesca não documentada que estivesse a contribuir para o problema. Por fim, inquiriu se o declínio dos recifes, particularmente nas zonas costeiras, estaria principalmente associado às descargas provenientes das estações de tratamento de águas residuais, da agricultura ou de outros ecossistemas cujos impactos acabavam por ser transportados para o meio marinho.

O Sr. Antoine Pebayle afirmou que no caso das RUPs, as principais pressões responsáveis pela degradação do estado dos corais eram, sobretudo, a deterioração da qualidade da água causada por atividades em terra, nomeadamente industriais, agrícolas e urbanas, assim como os efeitos das alterações climáticas. Indicou que a pesca também podia ter um impacto, mas que, no caso das RUPs, esse impacto tinha sido até então bastante limitado, existindo, de forma geral, uma boa sensibilização dos pescadores para aquelas questões.

A Sra. Amanda Pérez (DGMARE) questionou com o intuito de melhorar os ecossistemas vulneráveis, quais eram as medidas de mitigação tomadas pelo IFRECOR.

O Sr. Antoine Pebayle afirmou que no que dizia respeito aos esforços para reduzir ou, quando possível, eliminar as pressões sobre os recifes, que grande parte das medidas adotadas pela França assentava na criação de áreas marinhas protegidas, permitindo diminuir as pressões no meio marinho e favorecer a restauração passiva dos recifes de coral. Indicou igualmente que existia articulação com os serviços responsáveis pelas problemáticas em terra

no sentido de melhorar os sistemas de tratamento de águas residuais, de modo a reduzir as descargas provenientes das habitações. Acrescentou ainda que decorria também um trabalho continuado para mitigar os impactos das práticas agrícolas no meio marinho, no entanto, o progresso variava entre territórios, sendo a situação especialmente bem estudada na Ilha da Reunião, onde existiam fenómenos de escoamento e de ocupação urbana. Relativamente às alterações climáticas, salientou que a França não dispunha, isoladamente, de capacidade para resolver o problema, dependendo, como os restantes países, dos esforços internacionais. Ainda assim, estavam em desenvolvimento métodos de restauração de recifes concebidos para serem resilientes num clima em aquecimento. Referiu exemplos particularmente avançados na Polinésia Francesa onde se testavam sistemas de arrefecimento passivo e abordagens de seleção genética destinadas a identificar espécies de coral mais adaptadas a temperaturas elevadas.

O Sr. Jorge Gonçalves afirmou que atendendo à importância dos corais e dos mangais nas regiões ultraperiféricas, nomeadamente nas regiões ultraperiféricas francesas, sugeriu que se formulasse uma recomendação no sentido de solicitar medidas de mitigação relativamente às águas descarregadas no oceano. Considerou necessário que essas águas fossem sujeitas a um tratamento mais adequado antes da sua devolução ao meio marinho, de forma a não colocar em causa os mangais e os corais. Foi ainda salientado que o bom funcionamento daqueles ecossistemas teria impactos positivos em todo o setor das pescas, contribuindo para uma maior saúde dos recursos, para uma maior capacidade de reprodução e para uma maior resiliência dos mesmos. Nesse sentido, foi proposto que se avançasse com a redação de uma recomendação, sublinhando a necessidade de serem adotadas medidas concretas para a proteção daqueles ecossistemas.

#### **4. Impacte das Alterações Climáticas nas Regiões Ultraperiféricas – Secretariado CCRUP**

A Secretária-geral saudou os presentes e referiu que o Secretariado do CCRUP preparou um trabalho de recolha e análise de informação sobre o impacte das alterações climáticas nas RUPs. Explicou que o Secretariado tinha solicitado contributos aos membros, com vista a obter um melhor conhecimento da situação em cada região, mas que, face ao número reduzido de respostas recebidas, o documento foi elaborado essencialmente com base em informação pública disponível, em particular notícias de imprensa. Esclareceu que o objetivo da apresentação era, caso os membros assim o entendessem, utilizar esta análise como base para a preparação de um primeiro rascunho de recomendação do CCRUP sobre aquela matéria. No início da sua apresentação, referiu, em primeiro lugar, a situação em *Saint Martin*, destacando o branqueamento e desaparecimento dos recifes de coral. Explicou que o aumento da temperatura

dos oceanos tinha provocado episódios de branqueamento de corais e uma maior mortalidade destas formações, o que se traduzia na degradação de recifes que eram essenciais para a biodiversidade marinha e constituíam *habitats* fundamentais para muitas das espécies capturadas localmente. Indicou também a proliferação de sargaço, salientando que as alterações climáticas criam condições mais favoráveis ao crescimento destas algas, devido ao aquecimento das águas, às alterações nos padrões das correntes oceânicas, que transportavam as algas do Atlântico tropical para as costas das Caraíbas e da América do Sul, e ao aumento do escoamento de nutrientes para o oceano. Sublinhou que a chegada massiva e frequente de sargaço às zonas costeiras interferia com as atividades de pesca, dificultava o acesso às zonas de captura, causava danos em motores e aparelhos de pesca e tinha um impacto negativo nos ecossistemas costeiros. Referiu ainda o aumento das temperaturas e dos fenómenos meteorológicos extremos, assinalando previsões de subida das temperaturas médias e de intensificação de tempestades tropicais e furacões, com riscos acrescidos para as infraestruturas costeiras, as comunidades piscatórias e a segurança das operações de pesca. Relativamente à *Guadeloupe*, a Secretária-geral destacou em primeiro lugar o branqueamento de corais, recordando que, em agosto de 2023, a região registou um episódio particularmente grave de branqueamento, inserido numa série de eventos recorrentes desde 2005, com impacto significativo nos recifes locais. Apontou também a proliferação de sargaço, explicando que as massas de sargaço afetaram gravemente as indústrias da pesca, causando danos nos equipamentos e bloqueando o acesso a portos e locais de fundeadouro, o que dificultava as operações e acarretava prejuízos económicos para a frota artesanal. Por fim, referiu as alterações nos padrões de precipitação, lembrando que *Guadeloupe* apresentava uma estação chuvosa de maio a novembro, marcada por episódios de precipitação intensa e eventos extremos, como os registados em setembro de 2017 aquando da passagem do Ciclone Maria, que provocou cheias, deslizamentos de terras e danos significativos em infraestruturas costeiras e comunidades piscatórias. No caso da *Martinique*, a Secretária-geral referiu que, em 2023, cerca de 95% das espécies de coral monitorizadas apresentaram sinais de branqueamento, com uma taxa de mortalidade estimada em 34% entre as colónias de coral, evidenciando a gravidade do impacto do aquecimento das águas nos recifes da região. Sublinhou também a acumulação massiva de sargaço ao longo das costas da Martinica, que asfixiou as indústrias da pesca, provocou danos nos equipamentos e bloqueou o acesso a portos e locais de fundeadouro, comprometendo a atividade de muitas embarcações artesanais. Referiu ainda as alterações nos padrões de precipitação, indicando que a *Martinique* apresentava igualmente uma estação chuvosa entre maio e novembro, durante a qual se registavam episódios extremos de precipitação, como os 332 mm registados durante o Furacão *Dean*, em 2007, que originaram inundações significativas e movimentos de massa. Assinalou que se previa que aqueles episódios intensos e frequentes se agravassem em consequência das alterações climáticas. Passando à *Guyane* Francesa, abordou o aumento da temperatura da água, mencionando que, entre 1970 e 2004, a temperatura média da superfície da água na região registou um aumento significativo e que esse aquecimento persistia, com impactes

nos ecossistemas marinhos e nas atividades de pesca locais. Citou o estudo *Guyaclimat*, apresentado numa conferência dedicada ao clima na *Guyane* Francesa, que apontava para alterações nos regimes de vento, precipitação e temperatura, influenciando diretamente o clima regional e os recursos naturais, incluindo os ecossistemas aquáticos. Explicou que aquelas alterações climáticas tinham implicações diretas para a pesca, designadamente alterações na distribuição das espécies, uma vez que o aumento da temperatura da água podia deslocar *habitats* e reduzir a disponibilidade de recursos pesqueiros tradicionais. Acrescentou que havia impactos na reprodução e no crescimento dos peixes, dado que temperaturas mais elevadas podem afetar ciclos reprodutivos, taxas de crescimento e mortalidade das espécies, reduzindo as unidades populacionais disponíveis para a pesca. Destacou também os desafios para a pesca artesanal, sublinhando que as comunidades dependentes desta atividade enfrentavam dificuldades acrescidas e a necessidade de adaptar as suas práticas às novas condições ambientais. Por fim, abordou o declínio da pesca do camarão, uma das principais atividades pesqueiras da região, que se encontrava em redução devido ao aumento da temperatura da água e à perda de áreas de mangal, fundamentais para a reprodução e desenvolvimento desta espécie. Relativamente aos Açores, começou por referir as alterações na distribuição das espécies marinhas. Explicou que o aumento da temperatura do mar tinha levado a mudanças nas rotas migratórias e na presença de determinadas espécies, obrigando as frotas locais a adaptar as suas práticas e a explorar novas zonas de pesca. Mencionou espécies como o atum-patudo (*Thunnus obesus*) e o atum-bonito (*Katsuwonus pelamis*), cuja distribuição tinha variado, com repercussões na previsibilidade e acessibilidade dos recursos pesqueiros para as comunidades locais. Indicou também a emergência de espécies invasoras, assinalando que alterações nas correntes oceânicas tinham favorecido a chegada de algas tropicais invasoras, que competiam com as espécies nativas e afetavam a saúde dos ecossistemas marinhos locais. Destacou ainda a ocorrência de mortalidade de espécies devido ao aquecimento da temperatura do mar, recordando que, em 2024, temperaturas anómalas do mar da ordem dos 27,3°C provocaram um episódio de mortalidade massiva de meros (*Epinephelus marginatus*), associado a uma infeção viral agravada pelas condições extremas de calor. Por último, abordou o aumento dos fenómenos meteorológicos extremos, sublinhando que as alterações climáticas estavam relacionadas com uma maior frequência e intensidade daqueles eventos. Referiu que, nos Açores, naturalmente expostos a tempestades e depressões atlânticas, a vulnerabilidade se tinha agravado, lembrando que, em janeiro de 2025, foi ativado o Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca (FUNDOPESCA) devido ao elevado número de dias em que os pescadores estiveram impedidos de trabalhar por períodos prolongados de mau tempo. No que se referia à *Madeira*, chamou a atenção para a ausência de espécies tradicionais, indicando que a Direção Regional de Pescas da Madeira reconhecia que as alterações nas condições ambientais marinhas estavam associadas à diminuição de espécies pelágicas de pequeno porte, como o chicharro (*Trachurus picturatus*) e a cavala (*Scomber japonicus*, localmente designada “*ruama*”), que tradicionalmente eram utilizadas como isco para a pesca de

atum. Referiu um estudo apresentado no III Congresso Nacional de Biólogos, que sublinha que aquelas espécies tinham registado quebras significativas nos desembarques, evidenciando uma diminuição na sua abundância. Abordou igualmente a maior frequência de fenómenos extremos, tais como chuvas torrenciais, tempestades e agitação marítima intensa, que provocavam danos em infraestruturas portuárias, períodos de inatividade prolongada para as embarcações e perdas económicas para o setor. Relativamente às Ilhas *Canárias*, destacou, em primeiro lugar, o aumento do risco de intoxicação alimentar associada ao consumo de determinados peixes marinhos. Explicou que o aquecimento das águas oceânicas favorecia a proliferação de dinoflagelados produtores de toxinas que se bioacumulam na cadeia alimentar, aumentando o risco de intoxicação em espécies de elevado valor comercial e social, como o lírio (*Seriola dumerili*), as garoupas e outros serranídeos. Sublinhou que aquele risco tinha implicações na comercialização dos produtos da pesca e na confiança dos consumidores locais. Abordou depois o declínio das espécies pelágicas de pequeno e médio porte, como a cavala (*Scomber colias*), o carapau (*Trachurus trachurus*) e a sardinha (*Sardina pilchardus*), que tinham registado reduções acentuadas em termos de abundância. Recordou que aquelas espécies desempenhavam um papel ecológico fundamental nos ecossistemas marinhos, funcionando como elo entre níveis tróficos inferiores e espécies de maior importância económica, como o atum. Referiu que, nas ilhas, a pesca do atum era uma das principais atividades pesqueiras e dependia diretamente daquelas espécies pelágicas usadas como isco vivo. Referiu ainda a variabilidade nos padrões migratórios das espécies pelágicas de grande porte, indicando que o comportamento migratório de espécies-chave como o atum-patudo (*Thunnus obesus*), o atum-bonito (*Katsuwonus pelamis*), o voador ou albacora (*Thunnus alalunga*) e o atum-rabilho (*Thunnus thynnus*) tinham sofrido alterações, com maior incerteza quanto à presença e abundância ao longo do ano. Sublinhou que aquelas mudanças tinham um impacto direto na estabilidade económica do setor, em particular da frota artesanal, que dependia da previsibilidade daquelas espécies migratórias. Por fim, mencionou um estudo intitulado *Deepening our perspective about the small pelagic fishery in the Canary archipelago (Atlantic, Spain)*, que confirmava o aquecimento das águas na área canária e apontava para potenciais alterações na distribuição das espécies pelágicas. Sobre *Mayotte*, começou por tratar a intensificação dos ciclones tropicais, referindo que o aquecimento global estava a aumentar a frequência e a intensidade daqueles fenómenos. Recordou um ciclone recente, com ventos superiores a 220 km/h, que provocou destruição massiva de infraestruturas costeiras, incluindo embarcações e equipamentos de pesca, com consequências graves para os meios de subsistência das comunidades piscatórias locais. Passou depois às crises hídricas e escassez de água doce, explicando que as alterações climáticas modificaram os padrões de precipitação em muitas regiões tropicais e insulares. Assinalou que a redução da pluviosidade, combinada com períodos prolongados de seca, diminui a disponibilidade de água em reservatórios, rios e aquíferos, agravando a escassez hídrica em territórios vulneráveis como *Mayotte*, que em 2023 enfrentou uma crise sem precedentes, com racionamento de água até quatro dias por semana.

Sublinhou que aquela escassez tinha repercussões diretas em atividades como a aquicultura, que dependia de fornecimento regular de água para operações essenciais, como o abastecimento de viveiros e o controlo da salinidade, e comprometia a segurança alimentar das comunidades costeiras. Por último, abordou os impactes na biodiversidade marinha, salientando que os ecossistemas marinhos de Mayotte, incluindo os recifes de coral, se encontravam seriamente ameaçados devido às alterações climáticas. Referiu que a degradação daqueles *habitats* afetava diretamente a biodiversidade marinha a sustentabilidade das pescas locais. Por fim, relativamente a *La Réunion*, destacou o aumento da temperatura do mar, referindo que o aquecimento das águas oceânicas ao largo da ilha estava a alterar a distribuição e a abundância de espécies pelágicas de elevado valor, como o atum-albacora e o atum-patudo, no sudoeste do Oceano Índico. Indicou que aquelas espécies passavam mais tempo em camadas superiores da coluna de água (menos de 400 m), o que obrigava os pescadores a adaptarem as suas práticas, explorando novas zonas de pesca, com implicações na sustentabilidade das pescarias locais. Abordou também a intensificação dos ciclones tropicais, lembrando fenómenos como o Ciclone *Fakir* (2018) e outros eventos recentes, que causaram destruição significativa nas infraestruturas costeiras, incluindo embarcações e equipamentos de pesca, afetando diretamente os meios de subsistência das comunidades piscatórias da ilha. Referiu ainda a degradação dos recifes de coral, explicando que os recifes de *La Réunion* estavam a sofrer com o aumento da temperatura da água e a acidificação dos oceanos, o que contribuía para o branqueamento de corais, perda de biodiversidade e redução da produtividade pesqueira. Concluiu referindo que, em resposta aqueles desafios, foram lançadas iniciativas como o projeto *CORAIL Réunion*, destinado a criar áreas marinhas protegidas, reforçar o acompanhamento científico dos recifes e promover ações de restauração ecológica, com o objetivo de aumentar a resiliência do setor das pescas e preservar a biodiversidade marinha. No final da sua intervenção, salientou que todos aqueles exemplos ilustravam que as alterações climáticas já produziam efeitos concretos e diferenciados nas RUPs, afetando simultaneamente os ecossistemas marinhos, a atividade das pescas e as comunidades costeiras. Reiterou o convite aos membros para enviarem informação adicional e exemplos concretos das respetivas regiões, de modo a complementar este levantamento e permitir, numa fase posterior, a elaboração de uma recomendação do CCRUP sobre o impacto das alterações climáticas nas Regiões Ultraperiféricas. Ficou registado que a apresentação em *PowerPoint* seria anexada à presente ata.

### **Resumo:**

A Secretária-geral apresentou um levantamento preparado pelo Secretariado do CCRUP sobre os impactes das alterações climáticas nas Regiões Ultraperiféricas, com base sobretudo em informação pública, devido ao número limitado de contributos recebidos dos membros. Explicou que o objetivo era apoiar a eventual elaboração de uma recomendação do CCRUP. Destacou, para várias regiões, fenómenos como o aumento da temperatura do mar, o branqueamento e a mortalidade de recifes de coral, a proliferação de sargaço, a alteração dos padrões de precipitação

e a intensificação de fenómenos meteorológicos extremos, sublinhando que estes fatores estavam a degradar ecossistemas essenciais para a biodiversidade marinha e para a sustentabilidade das pescas, afetando *habitats*, zonas de reprodução e a disponibilidade de recursos haliêuticos. Foram igualmente referidos impactes diretos na atividade piscatória, incluindo dificuldades de acesso às zonas de pesca, danos em embarcações e artes, períodos prolongados de inatividade e perdas económicas para as comunidades piscatórias. A apresentação evidenciou alterações na distribuição e abundância de espécies, o aumento de riscos sanitários associados aos produtos da pesca, a maior vulnerabilidade da pesca artesanal e a necessidade de adaptação das frotas às novas condições ambientais. As alterações climáticas já produziam efeitos concretos e diferenciados nas RUPs, afetando simultaneamente ecossistemas, pescas e comunidades costeiras, e convidou os membros a complementarem a informação recolhida, tendo em vista a futura elaboração de uma recomendação do CCRUP sobre aquela matéria. Ficou registado que a apresentação em *PowerPoint* seria anexada à presente ata.

### **Perguntas e Respostas**

O Sr. Jorge agradeceu a apresentação e questionou se algum membro queria intervir.

O Sr. José Basílio (*Federación Nacional de Cofradías de Pescadores*) agradeceu o trabalho elaborado pelo Secretariado e afirmou considerar que as alterações climáticas constituíam um dos principais problemas que o setor das pescas teria de enfrentar. Indicou que, em Espanha, se encontrava em preparação um pacto de Estado sobre a emergência climática, no qual o setor das pescas estava a ser envolvido, e referiu que, no quadro desse processo, estavam previstas reuniões durante os meses de novembro e dezembro.

A Sra. Amanda Pérez (DGMARE) pediu esclarecimentos adicionais sobre a situação nas Canárias, lembrando que, na apresentação, tinha sido mencionado o declínio das espécies pelágicas de pequeno e médio porte, como a cavala, o carapau e a sardinha, que têm registado reduções acentuadas em termos de abundância. Acrescentou que, no regulamento da União Europeia relativo às possibilidades de pesca, existia uma regra específica para o carapau que indicava que as unidades populacionais tinham diminuído ao longo dos anos, e questionou se dispunham de mais informação sobre o eventual impacte das alterações climáticas naquela espécie.

O Sr. Tony Nalovic (Trans Océans Tortues Marines) referiu que, na *Guyane* Francesa, em 2022 se verificou um episódio de precipitação excepcional, com valores cerca de quatro vezes superiores ao máximo anteriormente registado. Informou que, naquele ano, o *Institut Français de Recherche pour l'Exploitation de la Mer* tinha vindo a realizar estudos e recolha de amostras na região, tendo alertado para o facto de aquele ter sido o primeiro ano em que não foram observados alevins de *Corvinata* (*Cynoscion acoupa*) nas amostras recolhidas. Salientou que as alterações climáticas estavam igualmente a provocar mudanças na distribuição da megafauna marinha,

dando como exemplo os golfinhos ao longo do litoral francês, que se deslocam progressivamente para norte, causando problemas às pescarias, e, no Mediterrâneo, as tartarugas marinhas, que passam a desovar mais a norte. Acrescentou que se registava também um aumento das capturas acidentais de megafauna nos navios de arrasto, fenómeno que anteriormente não se verificava com aquela frequência.

O Sr. Jorge Gonçalves alertou para os efeitos das alterações climáticas nos *Açores*, nomeadamente a proliferação de algas, com impactes na atividade das embarcações e nos ecossistemas locais. Sublinhou que, para além dos constrangimentos que causavam, aquelas algas podiam constituir um recurso a valorizar e defendeu que deveriam ser promovidos mais estudos científicos e projetos-piloto sobre o seu aproveitamento sustentável, em articulação com a comunidade científica, as autoridades competentes e o setor das pescas. Referiu ainda que o Secretariado iria elaborar um rascunho de recomendação sobre o tema para seguir o processo normal de aprovação.

A Sra. María Fernanda Marrero (*Cabildo de Gran Canaria*) notou o facto de existirem diferentes equipas de investigação a trabalhar sobre as algas, procurando desenvolver aplicações que permitam valorizar esta biomassa e, simultaneamente, mitigar a sua proliferação. Assinalou, no entanto, que a legislação não acompanhava o ritmo dos avanços científicos e tecnológicos, o que impedia que muitos daqueles projetos pudessem escalar e passar da fase piloto para soluções aplicadas em larga escala.

##### **5. Debate entre os membros sobre campanhas de sensibilização sobre os produtos frescos da pesca das regiões ultraperiféricas;**

O Sr. Pedro Melo mencionou que tinham sido feitas várias anotações durante a reunião do dia anterior e que tinham sido identificadas matérias de interesse, bem como o facto de existirem diferenças entre regiões, com necessidades e áreas de intervenção distintas. Referiu ainda que houve consenso quanto à criação de um selo que identificasse o pescado proveniente das respetivas regiões, podendo assumir a forma de um selo de origem de uma região ultraperiférica europeia. Sublinhou que o objetivo principal da criação daquele selo seria garantir uma identificação clara dos produtos da pesca, associada a critérios de qualidade, propósito e elevados níveis de controlo. Por fim, sugeriu que, caso não existissem mais contributos a acrescentar, se avançasse para a definição de um trabalho futuro, podendo este assumir a forma da criação de um grupo de trabalho ou da realização de reuniões específicas que reunissem todos os grupos e interessados, nomeadamente os setores dos bentónicos e demersais, dos pelágicos e da aquacultura. A proposta ficou ao critério dos restantes membros presentes, para eventuais contributos adicionais ou apresentação de opiniões.

O Sr. Jorge Gonçalves afirmou que, para além do que o Sr. Pedro Melo tinha acabado de referir relativamente às campanhas para a criação de um selo, existiam igualmente campanhas de

sensibilização destinadas a promover o consumo dos produtos.

O Sr. David Pávon (*Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias*) afirmou que o ponto que estava a ser abordado naquele momento correspondia a um subponto do tema discutido na reunião do dia anterior (debate entre os membros sobre a sensibilização para os produtos frescos da pesca das Regiões Ultraperiféricas, a nível local e da UE, através da criação de um logótipo/sinal/marca geográfica). afirmou que tinha ficado acordado, no dia anterior, a elaboração de um resumo esquemático de todos os assuntos discutidos, o qual seria posteriormente remetido a todos os membros, tendo sido igualmente proposta a avaliação da criação de um grupo de trabalho. Esclareceu que o debate daquele dia correspondia a uma fase quase final do processo anteriormente debatido, concretamente a vertente do consumo. Numa primeira fase, identificou-se a necessidade de garantir um produto de qualidade, podendo para o efeito ser definidos padrões mínimos comuns, aplicáveis a todas as regiões, ou pelo menos orientações a transmitir às regiões ultraperiféricas e aos pescadores, nomeadamente no que respeita à cadeia do frio e a outros requisitos essenciais. A segunda fase, tinha um carácter mais analítico, centrada no estudo da logística, dos mercados de destino e da promoção associada ao selo e por fim, a terceira fase, relativa ao apoio através de uma ferramenta concreta, que poderia assumir a forma de um selo, logótipo ou marca, acompanhada de ações de promoção. Informou que a matéria em discussão na reunião se enquadrava nesta última fase de promoção, sem deixar de integrar a estrutura global definida na reunião anterior.

O Sr. José Basílio Otero (*Federación Nacional de Cofradías de Pescadores*) manifestou a intenção de partilhar a experiência da *Federación Nacional de Cofradías de Pescadores* ao longo dos últimos cinco anos na promoção de produtos alimentares, considerando que a mesma se enquadrava de forma pertinente nos trabalhos do grupo. Referiu, desde logo, que um dos principais erros identificados tinha sido assumir que o conhecimento sobre a promoção de produtos alimentares era do conhecimento geral, o que se revelou não corresponder à realidade. Explicou que, no âmbito de um protocolo celebrado com o setor alimentar em Espanha, a *Federación Nacional de Cofradías de Pescadores* desenvolveu anualmente ações em todo o território, incluindo nas Canárias, estruturadas em três vertentes: escolas de hotelaria, zonas de abastecimento e Paradores Nacionais de Turismo (Hotéis pertencentes ao Estado Espanhol). Indicou que as ações se iniciavam sempre nas escolas de hotelaria, onde era apresentada a realidade das confrarias de pescadores e o enquadramento do protocolo, contando ainda com a intervenção de um biólogo para explicar aos futuros profissionais da restauração as diferenças entre os vários tipos de peixe. O mais curioso tinha sido que quem tirou mais proveito dessas ações foram os professores e não os alunos. Uma das principais conclusões retiradas dessas ações foi a falta de conhecimento por parte do corpo docente, que, em muitos casos, não conseguia distinguir adequadamente os diferentes perfis de pescado, o que levou à necessidade de defender formação específica dirigida aos professores. Referiu ainda que, em articulação com as confrarias de pescadores, era selecionada a espécie a promover, podendo tratar-se tanto de espécies de maior

valor comercial como de espécies abundantes, mas com menor valorização no mercado. Aquelas espécies eram trabalhadas nas escolas de hotelaria com a presença de um representante da confraria e de um cozinheiro da respetiva região, que confeccionava o pescado de forma tradicional. Posteriormente, os alunos realizavam ações de demonstração e degustação, geralmente em zonas do interior e não no litoral. Acrescentou que as ações culminavam numa cidade com hotéis nacionais de turismo, onde era promovida a “semana da espécie” selecionada, tendo os resultados sido muito positivos em termos de aceitação e retorno. Sublinhou que o objetivo não era promover espécies já valorizadas comercialmente, mas sim espécies menos conhecidas ou menos valorizadas, mas com elevado valor organolético. Concluiu defendendo que aquele grupo deveria partilhar e analisar diferentes ações já desenvolvidas, de modo a avaliar a sua eventual replicação por outros grupos e regiões, considerando tratar-se de um processo de aprendizagem relevante para todos os envolvidos.

A Sra. Maria Fernanda Marrero afirmou a instituição tinha desenvolvido várias ações de divulgação e promoção dos produtos da pesca. Destacou que, ao longo desse tempo, tiveram tanto casos de sucesso como de fracasso, considerando que, muitas vezes, os casos de fracasso eram ainda mais valiosos, pois permitiam identificar os erros e melhorar os processos. Explicou que uma das primeiras observações feitas foi o facto de, sendo a *Gran Canária* um destino altamente turístico, nas ementas dos restaurantes frequentemente não apareciam produtos locais, mas sim de outras origens, como o camarão e bacalhau. Colocou ainda a questão de que por que motivo não eram vendidos produtos locais como as sardinhas, o atum, a cavala ou outras espécies típicas. Ao investigarem a situação, verificaram que, nas escolas de hotelaria, os professores explicavam que o motivo era o elevado custo do pescado fresco, o que impedia o uso de pescado local e os cozinheiros em formação estavam limitados ao uso de pescado congelado, o que prejudicava o ensino do preparo de pescado fresco de qualidade. A partir desse ponto, a equipa do *Cabildo de Gran Canaria* chegou a um acordo com os responsáveis pela formação nas escolas de hotelaria e começaram a desenvolver ações práticas, como visitas guiadas às confrarias de pescadores, onde os alunos podiam conhecer os produtos diretamente e, ao longo do ano, trabalhavam com diferentes espécies nas suas cozinhas. No final do curso, os alunos organizavam uma feira gastronómica centrada no uso dos produtos locais, com os seus restaurantes abertos ao público. A partir daquela experiência, surgiu a ideia de compilar as receitas desenvolvidas pelos alunos, criando uma pequena publicação intitulada "Comer pescado não me custa", que se focava em espécies com baixo valor comercial, mas alto valor nutricional. O objetivo era combater a ideia de que o pescado era caro, apresentando alternativas acessíveis, mas de grande valor nutricional. Além disso, salientou que estavam a trabalhar para combater a gastronomia molecular, isto é, a tendência de complicar demasiado as receitas, incorporando técnicas sofisticadas e ingredientes pouco acessíveis, como o uso de nitrogénio líquido. A proposta era voltar à cozinha tradicional, valorizando pratos simples. Mencionou ainda que o *Cabildo de Gran Canaria* tinha uma marca registada chamada "*Gran Canaria Calidad*", que abrangia vários produtos, incluindo os da pesca

e aquicultura. Aquela marca garantia que os produtos que a utilizavam cumpriam todas as prescrições técnicas, desde a captura até à venda. Informou que aquele tipo de marca de garantia era fundamental para assegurar a qualidade, embora a implementação de tais marcas não fosse fácil. Por fim, ofereceu-se para disponibilizar mais informações sobre o trabalho desenvolvido, caso fosse do interesse dos participantes.

A Secretária-geral referiu que gostaria de falar de duas questões, a primeira questão levantada foi que a criação de um grupo de trabalho ou de um grupo de foco pois isso exigia um plano de trabalho claro e um orçamento, uma vez que envolvia custos como interpretação, deslocações, tempo, entre outros. Naquele momento, o plano de trabalho e o orçamento anual do CCRUP estavam em processo de aprovação na Assembleia Geral, e não estavam previstos grupos de foco para o próximo ano. Assim, caso os membros da Assembleia Geral ou do CCRUP considerassem necessário criar um grupo de foco, aquele seria o momento adequado para a proposta escrita, permitindo a alteração do orçamento para contemplar essa necessidade. A segunda questão abordada foi sobre as competências do CCRUP e foi salientado que o CCRUP tinha competências na área produtiva, abrangendo tudo o que impactava a produção marinha, como a pesca, a aquicultura e o ambiente marinho, mas não possuía competências no que se referia aos mercados. Portanto, ao trabalhar o consumo de pescado, seria necessário fazê-lo em colaboração com o Conselho Consultivo dos Mercados (MAC). Foi reiterado que qualquer ação relacionada com o consumo de pescado deveria ser coordenada com o MAC, e, caso necessário, o CCRUP deveria envolver os membros em comum para ajudar na redação do ponto.

O Sr. Pedro Melo mencionou que nos *Açores*, também eram realizadas campanhas de sensibilização, especialmente junto das escolas e das escolas de hotelaria, bem como com cozinheiros. Aquelas campanhas visavam aumentar o consumo interno de produtos locais, incluindo a descoberta de espécies que, embora conhecidas, não eram consumidas com frequência e um exemplo destacado foi o "caldo de rabo de peixe", promovido por um colega (Sr. Ruben Farias), que visava divulgar o pescado local. O evento já ia para a sua décima primeira edição, e tinha mostrado consistência ao longo dos anos, com os consumidores reconhecendo a riqueza do prato, embora, muitas vezes, não o reproduzissem em casa devido à falta de hábitos culinários. No entanto, salientou que existia um problema de falta de consistência nas campanhas de sensibilização, que muitas vezes começavam com entusiasmo, mas acabavam por ser descontinuadas ou cair no esquecimento. Uma das razões apontadas para essa falta de continuidade era a ausência de envolvimento de todos os intervenientes, incluindo os governos e isso resultava em ações pouco eficazes, pois, sem o apoio e colaboração de todos, os esforços não tinham o impacto desejado. Sublinhou ainda que o grande desafio era promover uma colaboração interna mais robusta, envolvendo todas as entidades relevantes dentro do CCRUP, mas também trazendo para a mesa parceiros externos que pudessem contribuir para as soluções. Relativamente à relação com os mercados, afirmou que o trabalho a ser desenvolvido não interferia diretamente no mercado, mas visava criar uma sensibilização para os consumidores, despertar o desejo e

melhorar os mecanismos para garantir que o produto chegasse ao mercado nas melhores condições possíveis. Não se tratava de interferir nos mercados, mas sim de contribuir para uma promoção mais eficaz dos produtos. Foi também referido que não havia problema em incluir organizações de consumidores no debate, pois elas podiam oferecer uma visão importante sobre o que o consumidor procurava em um produto e como o setor se podia adaptar para atender a essas necessidades. O trabalho conjunto entre todos os intervenientes era essencial, uma vez que o objetivo final era levar o produto ao consumidor. Em relação à forma como o tema devia ser trabalhado, sugeriu que, em vez de criar um grupo de trabalho específico, o tema poderia ser tratado entre os grupos existentes, como os grupos de trabalho de bentónicos e demersais e de pelágicos, ou até mesmo a aquicultura. Aquela abordagem poderia ser mais eficaz, sem necessidade de criar uma estrutura nova, aproveitando reuniões já previstas. Por fim, enfatizou que, apesar de o tema não ser diretamente da responsabilidade do CCRUP, era importante haver colaboração entre os diferentes conselhos consultivos, especialmente porque os mercados impactavam diretamente a produção e vice-versa. A Comissão Europeia incentivava essa colaboração entre os diferentes Conselhos, e seria adequado que os mercados das regiões ultraperiféricas também consultassem o CCRUP, dado que a produção podia ser afetada pelas políticas do mercado.

O Sr. Jorge Gonçalves afirmou que a promoção do consumo de pescado não devia ser direcionada apenas para mercados externos, mas também focada no consumo local, dentro de cada região ou ilha. Referiu que um ponto relevante mencionado anteriormente foi a crescente presença de campanhas que desencorajavam o consumo de pescado, o que se tinha tornado cada vez mais comum, nesse sentido, deveria ser feito um esforço para promover a importância do consumo de pescado para a nossa alimentação, especialmente como fonte de proteína animal. Sugeriu que, em vez de incentivar um consumo reduzido de pescado, as campanhas deveriam demonstrar os benefícios da ingestão de peixe de forma balanceada e dentro de uma dieta saudável. Também mencionou a necessidade de combater a desinformação, como o caso do peixe espada preto (*Aphanopus carbo*) na Madeira, onde se falava em altos níveis de mercúrio, mas sem estudos concretos que sustentassem que tal consumo fosse prejudicial à saúde. Afirmou ainda que um ponto fundamental era a necessidade de sensibilizar os jovens, especialmente nas escolas, sobre a importância do consumo de pescado, destacando que não era necessário consumir grandes quantidades todos os dias, mas sim incluí-lo de forma equilibrada na alimentação. Foi também referido que as escolas de hotelaria, muitas vezes, não ensinavam adequadamente os alunos a trabalhar com produtos regionais, o que contribuía para a desinformação. Assim, um esforço maior deveria ser feito para educar tanto os jovens como os pais sobre a importância do consumo de pescado. No que dizia respeito à pesca, enfatizou que a maioria das atividades pesqueiras nas regiões era sustentável, utilizando métodos como linhas e anzóis e que embora existissem algumas práticas de pesca como a de arrasto, como é o caso da *Guyane* Francesa, aquelas também eram realizadas de forma artesanal e sustentável. O desafio, portanto, era passar a informação de que a

pesca não estava a ameaçar as espécies, mas sim a ser conduzida de maneira responsável e sustentável.

O Sr. Juan Martin Fragueiro (OP ANACEF) afirmou que em relação às campanhas de sensibilização nas RUPs, tinha enviado ao secretariado uma pequena nota acerca de uma possível campanha que poderia ser feita no sentido de informar os consumidores sobre os produtos sustentáveis da pesca, tendo os jovens como público-alvo.

O Sr. Pedro Melo fez referência à intervenção do Sr. Jorge Gonçalves, salientando que a experiência demonstrava que não era suficiente apostar apenas nas escolas e promover o consumo de pescado em contexto escolar, se em casa não existisse uma predisposição e capacidade para o consumo de pescado, esse consumo dificilmente se consolidaria. Destacou que o principal exemplo para as crianças eram os seus próprios pais, pelo que as campanhas de sensibilização e valorização do pescado, enquanto recurso nacional e alimento de elevada importância para a dieta, deveriam abranger toda a sociedade. Referiu ainda que a redução do consumo de pescado constituía atualmente um desafio significativo, recordando o exemplo de Espanha, onde se verificou uma quebra acentuada desse consumo, associada, por um lado, ao aumento dos preços e, por outro, à menor disponibilidade ou predisposição das famílias para cozinhar pescado em casa.

### **Resumo:**

Os membros concordaram que não seria produtivo repetir intervenções já realizadas na reunião anterior, tendo sido salientada a existência de consenso quanto à necessidade de promover e valorizar os produtos da pesca das Regiões Ultraperiféricas. Foi destacada a proposta de criação de um selo de identificação do pescado, associado à origem regional, a critérios de qualidade e a elevados níveis de controlo, bem como a importância de campanhas de sensibilização dirigidas ao consumo, tanto a nível local como europeu. Foram partilhadas experiências concretas de promoção do pescado, nomeadamente em escolas de hotelaria, no setor da restauração e junto dos consumidores, sublinhando que a valorização de espécies menos conhecidas ou menos comercializadas poderia gerar resultados positivos. Foi referido ainda que a promoção deveria assentar numa abordagem faseada, garantindo primeiro a qualidade do produto, depois a análise da logística e dos mercados, e, por fim, o apoio através de um selo ou marca acompanhado de ações de divulgação. Foi igualmente salientado que muitas campanhas falhavam por falta de continuidade, de enquadramento legal adequado ou de envolvimento de todos os intervenientes relevantes, incluindo autoridades públicas, setor das pescas, comunidade científica e consumidores. Foi destacada a importância de sensibilizar não apenas os jovens, mas também as famílias, combatendo a desinformação sobre o consumo de pescado e promovendo os seus benefícios nutricionais numa dieta equilibrada. Foi reconhecido que o CCRUP tinha competências sobretudo na área da produção e que qualquer iniciativa ligada ao consumo deveria

articular-se com o MAC. Em conclusão, o trabalho poderia ser desenvolvido no âmbito dos grupos existentes ou, se considerado necessário, através de um grupo de trabalho específico, reforçando a cooperação entre regiões e conselhos consultivos para uma promoção mais eficaz e sustentável dos produtos da pesca.

## **6. Outros assuntos:**

O Sr. Pedro Melo referiu que, nos dois meses anteriores, tinha circulado uma proposta de recomendação à Comissão relativamente à reintrodução do POSEI Pescas, a qual foi objeto de várias revisões. Indicou que existia uma versão mais recente do texto, considerada, em princípio, consensual, embora se tivesse registado alguma oposição por parte da Ilha da Reunião e que essa oposição decorria, em parte, de um desconhecimento do conteúdo e dos objetivos da proposta. Nesse sentido, a sua intervenção tinha como propósito sensibilizar os representantes da Ilha da Reunião para o alcance da reintrodução do POSEI Pescas, começando por se esclarecer que essa reintrodução não visava pôr termo ao regime de compensação dos custos adicionais previsto no FEAMPA. Explicou que o que se propunha era a criação de um instrumento complementar, destinado a responder a dificuldades concretas, sobretudo nas regiões que dependiam da exportação dos seus produtos, uma vez que os apoios atualmente existentes no âmbito do FEAMPA se revelavam insuficientes para assegurar a competitividade nos mercados de destino, nomeadamente no caso dos Açores, Madeira e Canárias, em relação ao continente europeu. Esclareceu ainda que o objetivo consistia na criação de um plano de apoio específico para os custos de transporte, de modo a colocar os operadores das regiões ultraperiféricas em condições mais próximas das dos operadores do continente europeu, sem eliminar nem substituir os apoios já existentes. Manifestou ainda reserva quanto à eventual inclusão do setor da aquicultura no âmbito daquela recomendação, atendendo a que o envelope financeiro disponível era limitado e que o alargamento excessivo dos custos elegíveis poderia comprometer a eficácia do apoio, diluindo-o ao ponto de não produzir efeitos significativos para nenhum setor em particular. Referiu, contudo, que poderia ser equacionada, uma recomendação autónoma para o POSEI Aquicultura, contemplando custos específicos das regiões ultraperiféricas que não existiam na pesca, como, por exemplo, a aquisição de rações ou outros sobrecustos estruturais. Apelou, assim, aos membros da Ilha da Reunião para que reconsiderassem a sua posição, sublinhando que a proposta não alterava o funcionamento atual nem retirava quaisquer apoios existentes, procurando apenas introduzir um mecanismo adicional de compensação dos custos de transporte. Foi também destacado o princípio da solidariedade entre regiões ultraperiféricas, recordando que, em situações anteriores, tinham sido formuladas recomendações específicas para responder a problemas mais graves noutras regiões, como Mayotte, a própria Ilha da Reunião e a Guyane Francesa.

O Sr. Gérard Zitte (*Comité Regional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de La*

*Réunion*) em resposta, afirmou que a organização do setor na Ilha da Reunião funcionava há cerca de dez anos segundo um modelo integrado, do pescador ao consumidor, estruturado em várias comissões representativas, e que esse modelo tinha demonstrado bons resultados. Referiu ainda que as recomendações apresentadas eram interpretadas como um retrocesso ao modelo existente em 2014, o que não poderia ser aceite, por não ser compatível com a realidade atual do setor na Ilha da Reunião nem passível de ser explicado aos profissionais da pesca locais. Acrescentou que a Ilha da Reunião não podia concordar com qualquer proposta que implicasse um regresso a modelos do passado.

O Sr. Bruno Langlade (*Association Réunionnaise Interprofessionnelle de la Pêche et de l'Aquaculture*) afirmou que, no quadro do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA), existiam já várias medidas, abrangendo a produção, a exportação, bem como a transformação e a comercialização. Explicou que uma parte significativa da produção era atualmente exportada, o que permitia assegurar um certo equilíbrio do mercado, sobretudo nos períodos de maior abundância, em que o mercado da Ilha da Reunião não tinha capacidade para absorver a totalidade do pescado desembarcado. Sublinhou que a exportação desempenhava um papel essencial como instrumento de regulação do mercado, evitando desequilíbrios e quebras acentuadas dos preços no mercado local tal como a transformação, cuja importância vinha aumentando, permitindo uma melhor adaptação às variações dos preços e às exigências dos consumidores. Referiu que a eventual não integração dos mecanismos, atualmente previstos e compensados no âmbito do FEAMPA, nas recomendações para um futuro POSEI, seria interpretada, pela Ilha da Reunião, como um claro retrocesso e manifestou incompreensão quanto a essa possibilidade, considerando que as medidas já existentes poderiam, em princípio, ser igualmente aplicáveis ou adaptadas a outras regiões ultraperiféricas. Mencionou ainda que, em discussões anteriores, tinha sido abordada a questão da transformação de produtos que eram atualmente exportados para fora das regiões e posteriormente reintroduzidos no mercado, referindo que o desenvolvimento da transformação local poderia, no futuro, enquadrar-se também em mecanismos de compensação no âmbito de um eventual POSEI. Concluiu reiterando que o objetivo da Ilha da Reunião consistia em assegurar que, no futuro, pelo menos as práticas e os apoios atualmente existentes no âmbito do FEAMPA pudessem ser mantidos ou replicados no quadro do POSEI, garantindo continuidade e evitando qualquer perda de instrumentos de regulamentação e apoio ao setor das pescas.

O Sr. Jorge Gonçalves comentou que os apoios do FEAMPA se enquadravam no apoio dos Estados-Membros, incidindo essencialmente sobre investimentos destinados ao setor das pescas. Referiu que aqueles apoios diziam respeito, à modernização, à aquisição de embarcações e a outros investimentos que cada Estado-Membro definia de acordo com as suas prioridades para as respetivas regiões ultraperiféricas, mantendo-se integralmente em vigor e sem qualquer alteração e que não existia qualquer intenção de regressar a modelos anteriores. A discussão em causa incidia sobre uma matéria distinta, relacionada com os apoios aos custos suplementares, os

quais, embora atualmente enquadrados no FEAMPA, colocavam dificuldades significativas no domínio da exportação. Afirmou que o POSEI Pescas constituía um mecanismo diferente do FEAMPA, com natureza e objetivos próprios, não devendo os dois regimes ser confundidos. A menção à existência passada do POSEI Pescas não significava uma intenção de regressar ao passado, mas o reconhecimento de que, no contexto atual, os apoios do FEAMPA se revelavam insuficientes para compensar os custos adicionais que dificultavam a colocação dos produtos das regiões ultraperiféricas em condições de concorrência equitativa nos mercados europeus, situação que afetava igualmente a Ilha da Reunião, atendendo aos limites financeiros do FEAMPA. Ao contrário do FEAMPA, o POSEI assentava num envelope financeiro específico, exclusivamente destinado à compensação dos custos de transporte, permitindo uma resposta mais adequada e direcionada a este problema estrutural. Salientou que o esforço desenvolvido, incluindo visitas e recomendações dirigidas à Ilha da Reunião, a *Mayotte* e à *Guyane* Francesa, tinha como objetivo reforçar o setor das pescas em todas as regiões ultraperiféricas, promovendo maior equidade e condições semelhantes para todos.

O Sr. David Pávon afirmou que existia uma confusão de conceitos, a qual importava esclarecer. Começou por clarificar que, atualmente, não existia um POSEI específico para as pescas. Embora, por exemplo, nas Canárias se utilizasse a designação POSEI, na realidade o único setor que dispunha formalmente de um POSEI era a agricultura. No setor das pescas, existiam apoios equivalentes aos da agricultura, mas integrados no FEAMPA, sob a forma de ajudas à compensação aplicáveis às regiões ultraperiféricas. Sublinhou que as tipologias de apoio eram, na prática, semelhantes, abrangendo a produção, a comercialização, a transformação e o transporte, diferindo essencialmente o enquadramento administrativo e a designação do instrumento. A proposta consistia em autonomizar aquele bloco de ajudas atualmente integrado no FEAMPA, mantendo exatamente as linhas e os mesmos conceitos, mas integrando-os num POSEI próprio para as pescas e aquela alteração não implicaria qualquer perda de apoios nem a eliminação de medidas existentes, representando apenas uma melhoria ao nível administrativo, permitindo que os apoios chegassem de forma mais direta, célere e clara ao setor das pescas. Referiu ainda que, em momento algum, se pretendia reduzir as compensações existentes, sendo, pelo contrário, uma reivindicação recorrente o reforço financeiro destas ajudas. A divergência residia sobretudo na terminologia utilizada, entre POSEI, POSEI-Pescas ou compensações no âmbito do FEAMPA, quando, o objetivo era apenas retirar estas ajudas do quadro do FEAMPA e colocá-las numa bolsa financeira autónoma, sob a designação de POSEI Pescas, à semelhança do que já acontecia na agricultura, garantindo que os apoios continuassem a chegar diretamente ao setor das pescas, sem alterações aos seus princípios ou conteúdos.

O Sr. Pedro Melo afirmou que existia uma grande confusão de conceitos, a qual decorria, em parte, da redação do texto em análise, nomeadamente da expressão que apontava para o “restabelecimento de um programa POSEI Pescas tal como existia em 2014”. Não se pretendia, em momento algum, que o POSEI Pescas a criar tivesse o mesmo modelo ou as mesmas regras

de 2014, devendo essa referência ser desconsiderada, por poder induzir em erro. O objetivo consistia na criação de um POSEI Pescas adaptado à realidade atual, com regras de 2025, adequado às necessidades presentes do setor, não se defendendo qualquer regresso a modelos do passado. Informou ainda que o POSEI Pescas correspondia a um envelope financeiro atribuído às regiões ultraperiféricas, cabendo posteriormente a cada Estado-Membro definir as regras de distribuição desse envelope, de acordo com as especificidades e prioridades de cada região e como tal, foi dado como exemplo o caso dos Açores, onde, em determinado período, a maior parte do envelope foi afeta à produção, refletindo a realidade do setor à data, marcada por uma reduzida capacidade de exportação, esse modelo foi, então, adequado pelo Estado-Membro às necessidades concretas do setor. Num cenário atual, caso a Ilha da Reunião dispusesse de um determinado envelope financeiro, competiria à França e à própria região decidir a sua distribuição entre produção, transformação, comercialização ou outras áreas do setor, não sendo essa definição imposta externamente, cada região teria plena margem para adaptar o POSEI Pescas à sua realidade específica. Esclareceu igualmente que as organizações ou operadores responsáveis pela comercialização e exportação do pescado poderiam aceder aos apoios do POSEI Pescas, sem que isso implicasse qualquer prejuízo para a produção, pelo contrário, a redução dos custos associados à comercialização e ao transporte permitiria melhorar as condições de pagamento à produção, contribuindo para uma maior estabilidade dos preços e para o aumento do rendimento ao longo de toda a fileira das pescas. Afirmou que aquele mecanismo contribuiria ainda para reforçar a competitividade dos produtos das regiões ultraperiféricas nos mercados de exportação, sem retirar apoios a qualquer segmento do setor.

O Sr. Bruno Langlade concordou que o FEAMPA regula atualmente as matérias relacionadas com os investimentos e com determinados aspetos do funcionamento do setor, nomeadamente através das compensações dos custos adicionais, contudo, existiam dificuldades na operacionalização destas compensações, em particular no que respeitava à sua gestão e funcionamento. Naquele sentido, considerou necessário manter o FEAMPA como instrumento orientado para o investimento, conforme já referido, e transferir a componente relativa à compensação dos custos adicionais para um futuro POSEI Pescas. Esclareceu ainda que parte da confusão resultou da referência à expressão “como em 2014”, a qual foi inicialmente interpretada como um regresso ao passado. Após o devido esclarecimento, ficou entendido que essa referência dizia respeito apenas à separação de funções entre os instrumentos, isto é, investimentos enquadrados no FEAMPA e funcionamento, através da compensação dos custos adicionais, enquadrado num futuro POSEI Pescas, mais adequado do ponto de vista da gestão administrativa. Concluiu afirmando que aquele modelo permitiria preservar as especificidades de cada região no quadro do respetivo Estado-Membro, assegurando a continuidade das atividades de exportação, transformação e comercialização, de acordo com as necessidades e opções de cada território, sem prejuízo dos apoios existentes e com maior eficiência na sua aplicação.

O Sr. Juan Carlos Martin afirmou que o Sr. David Pávon tinha esclarecido a questão de

forma muito clara, sublinhando que o objetivo comum consistia na criação de um instrumento específico para o setor das pescas e que seria indispensável proceder à atualização e indexação dos custos, não podendo estes corresponder aos valores praticados em períodos anteriores. Sublinhou ainda que, tendo em conta o debate em curso a nível europeu sobre as perspetivas financeiras do FEAMPA, considerado preocupante, existiam razões acrescidas para que aquele instrumento específico fosse autónomo, separado do fundo principal, tal como se pretendia. Referiu que, caso contrário, poderiam surgir dificuldades adicionais, nomeadamente ao nível da operacionalidade, uma vez que existia uma única autoridade de gestão responsável por todo o FEAMPA. Considerou que a redação atualmente constante da recomendação do CCRUP podia, de facto, gerar confusão, reconhecendo a necessidade de a clarificar. Concluiu-se manifestando confiança de que, em conjunto, seria possível encontrar a formulação adequada, clara e consensual, que servisse os interesses de todas as partes envolvidas.

O Sr. David Pávon deu um exemplo prático com base na realidade das Canárias, referindo que, no âmbito do FEAMPA, os apoios ao setor das pescas enfrentavam frequentemente atrasos significativos, podendo, em situações de alterações de enquadramento económico, demorar dois ou três anos até serem plenamente operacionalizados. Em contraste, foi indicado que, no setor da agricultura, nomeadamente no caso do plátano nas Canárias, os apoios no âmbito do POSEI eram pagos de forma regular e pontual, designadamente com periodicidade semestral. Esta diferença ilustrava claramente a distinção entre um POSEI direto, aplicado à agricultura, e o modelo atualmente existente para as pescas integrado no FEAMPA. Referiu ainda que aquela realidade traduzia precisamente o objetivo pretendido com a criação de um instrumento específico para as pescas, permitindo maior previsibilidade, rapidez e eficácia na atribuição dos apoios. Concluiu salientando que aquela questão constituía uma luta importante junto da Comissão Europeia, no sentido de assegurar um modelo mais adequado, eficaz e justo para o setor das pescas nas regiões ultraperiféricas.

A Secretária-geral afirmou que caso existisse efetivamente necessidade de proceder a alterações na redação, a recomendação se encontrava em fase de adoção pelo Comité Executivo. Nesse contexto, competia exclusivamente aos membros do Comité Executivo pronunciarem-se formalmente por escrito, sendo apenas essas contribuições escritas consideradas válidas para efeitos de alteração do texto da recomendação. Foi ainda referido que as intervenções realizadas no âmbito do debate eram úteis para clarificação e discussão, mas que apenas as posições transmitidas por escrito pelos membros do Comité Executivo teriam efeitos no processo de revisão e adoção da recomendação, pelo que recomendou que o fizessem.

O Sr. Jorge Gonçalves afirmou que, após os esclarecimentos prestados, dava a reunião por encerrada, agradecendo ao secretariado, bem como a participação de todos os presentes, tanto em formato presencial como em via remota, e ainda a presença dos observadores.

**Conclusões/Recomendações:**

Os pontos de agenda foram cumpridos. ND

**Membros:**

<i>Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores</i>	Pedro Melo
<i>Association des Marins-Pêcheurs Saint Martin</i>	Pierre Goetz
<i>Association Réunionnaise Interprofessionnelle de la Pêche et de l'Aquaculture</i>	Bruno Langlade
<i>Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores</i>	Jorge Gonçalves
<i>Coopescamadeira</i>	Jacinto da Silva
<i>Cooperativa de Pesca Açoriana</i>	Fabiana Nogueira
<i>Comité Régional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de La Réunion</i>	Gérard Zitte
<i>Federação das Pescas dos Açores</i>	Ruben Farias
<i>Federación Nacional de Cofradías de Pescadores</i>	Jose Basílio Otero Rodrigues
<i>Federacion Provincial de Cofradía de Pescadores de Las Palmas</i>	Juan Jose Rodriguez Verdu
<i>Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias</i>	David Pavón
<i>Lotaçor</i>	Luís Rodrigues
<i>Mútua dos Pescadores</i>	João Paulo Delgado
<i>OP ANACEF</i>	Juan Carlos Martin
<i>Sciaena</i>	Nicolas Blanc
<i>Trans Océans Tortues Marines</i>	Michel Nalovic

**Observadores:**

<i>BG Sea Consulting</i>	Guerin Benoît
<i>Cabildo de Gran Canaria</i>	María Fernanda Marrero

<i>Collectivité territoriale de Saint Martin</i>	Élie Touzé
<i>Collectivité territoriale de Saint Martin</i>	Mirella Meraut Laurence
<i>Coopescamadeira</i>	Lisandra Sousa
<i>DGMARE</i>	Amanda Pérez
<i>Initiative Française pour les Récifs Corraliens</i>	Marianna Monneau
<i>Initiative Française pour les Récifs Corraliens</i>	Antoine Pebayle
<i>International Council for the Exploration of the Sea</i>	Rui Catarino
<i>Okeanos- Universidade dos Açores</i>	Marina Carreiro e Silva